



www.policiamilitar.sp.gov.br
cpdivop@policiamilitar.sp.gov.br

SÃO PAULO - SP

251000AGO10

Estudo de Caso de Ocorrência de Alto Risco - ECOAR

Referência: 1) Diretriz N° PM3-008/02/06 – NORSOP;

2) Nota de Instrução N° CPC-001/3.7/08, de 22JAN08;

3) Instruções Policiais Militares – I-40-PM, de 23JUN09;

4) Ordem de Serviço N° CPC-024/3.3/10, de 09FEV10;

5) Ordem de Serviço N° CPC-076/3.3/10, de 21MAI10.

NOTA DE INSTRUÇÃO N° CPC-002/3.3/10

1. FINALIDADE:

Regular os procedimentos administrativos e operacionais a serem adotados em ocorrências de alto risco e que haja uso de arma de fogo cujo resultado tenha sido morte.

2. SITUAÇÃO:

2.1. as instituições policiais compõem uma parte vital do tecido social, em especial nas sociedades democráticas (JONES; NEWBURN; SMITH, 1994)¹. Os serviços públicos prestados pela polícia são de extrema relevância, porque estão diretamente relacionados à garantia de direitos individuais e coletivos. Em contrapartida, para fazer cumprir a lei, o policial tem a capacidade individual de fiscalizar, deter, prender e até mesmo, sob circunstâncias justificáveis, ferir ou matar (DELORD et al.2006)². Neste sentido, a capacidade do uso da força tem função central no papel da polícia (BITTNER, 1970)³. Dentre os diferentes graus disponíveis⁴, a força letal é o último recurso a ser utilizado, em razão dos resultados que pode provocar.

¹ JONES, T.; NEWBURN, T.; SMITH, D.J. **Democracy & Policing**. London: Policy Studies Institute, 1994.

² DELORD, R.G. et al. **Police labor-management relations (Vol. I): perspective and practical solutions for implementing change, making reforms, and handling crises for managers and union leaders**. Rockville, 2006.

³ Bittner, Egon. 1970 *The Functions of the Police in Modern Society*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office.

⁴ De acordo com Alpert e Dunham (2000), o uso da força contínua pode ser descrito pela seguinte escala: (1) nenhuma força; (2) ação de presença do policial uniformizado; (3) comunicação verbal; (4) condução de preso (uso de algema e outras técnicas de

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.2

- 2.2. diante do universo de interações que ocorrem diariamente entre a Polícia Militar e o Público, podemos afirmar que o uso da arma de fogo é um evento raro. Entretanto, mesmo que pouco representativo do trabalho policial, o uso da força letal pode provocar o maior dano possível, que é a perda da vida.
- 2.3. temos que reconhecer que é elevada a autonomia do policial militar durante a atividade de policiamento. Cabe ao policial decidir o grau de força a ser usado em cada um dos eventos com que se depara no decorrer de suas tarefas rotineiras. Na maior parte do tempo, o policial não consulta seu supervisor (CGP ou CFP) a respeito da conduta ou procedimento a ser adotado, pois é facultada a ele/ela a discricionariedade de escolha.
- 2.4. o policial é o agente do Estado que está autorizado a usar a força letal durante o desempenho de sua função. Entretanto, esta autorização não permite que a força letal seja usada de forma indiscriminada. Para assegurar esse monopólio, é necessário que haja padrões para a aplicação da força pela polícia, regulados por normas e procedimentos, com o principal objetivo de fixar parâmetros para orientar a escolha do policial durante a atividade de policiamento e, principalmente, reduzir a frequência com que o policial recorre ao uso da força letal. Neste sentido, evidências sugerem que políticas formalizadas pela organização policial, para restringir os parâmetros da discricionariedade, tendem a reduzir o uso da força letal (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2005)⁵.
- 2.5. uma das principais metas da formalização de políticas de controle do uso da força e da arma de fogo é diminuir a letalidade policial. Para que este objetivo seja alcançado, é imprescindível que a meta esteja clara e que seja compartilhada entre todos os níveis. Por outro lado, as políticas somente atingirão o seu objetivo na medida em que forem cumpridas.
- 2.6. a PMESP vem, ao longo da última década, formalizando e aperfeiçoando políticas internas com o objetivo de controlar a discricionariedade policial, em especial no que diz respeito ao uso da força letal. Como exemplo, podemos citar:
- 2.6.1. Diretriz N° PM3-008/02/06 – Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM (NORSOP), que nos seus itens 6.4.4.1.17., 6.4.5.2.5. e 6.5.2.2.: determina que o Comandante de Batalhão, Coordenador Operacional e Oficial Superior de Sobreaviso devem estar em condições de informar ao escalão superior sobre ocorrências graves.

imobilização); (5) uso de agentes químicos; (6) táticas e uso de armas diferentes de substância química e de arma de fogo; e (7) uso de arma de fogo e da força letal.

⁵ NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Fairness and effectiveness in policing: the evidence.** Committee to Review Research on Police Policy and Practices. Wesley Skogan and Kathleen Frydl, editors. Committee on Law and Justice, Division of Behavioral and Social Sciences and Education. Washington, DC: The National Academies Press. 2004

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.3

- 2.6.2. I-40-PM: estabelecem normas para o exercício das atribuições de polícia judiciária militar, inclusive do serviço de Plantão de Polícia Judiciária Militar, além das atribuições do Oficial Superior de Sobreaviso.
- 2.6.3. Sistema de Supervisão e Padronização Operacional (SISUPA) que criou o Guia de Procedimentos Operacionais Padrão (POP): padroniza procedimentos operacionais que contribuem para diminuir a vulnerabilidade do policial durante as atividades de policiamento, bem como a probabilidade de práticas abusivas; como é o caso dos POP relativos a abordagem.
- 2.6.4. Método “Giraldi” de Tiro Defensivo pela Vida: estabelece parâmetros para o uso da arma de fogo, nas situações de alto risco e prevê a realização de instruções contínuas, em pleno serviço, demonstrando que o treinamento constitui a base para que a atividade fim possa ser realizada com pleno êxito.
- 2.6.5. Programa de Policiamento Inteligente (PPI): utiliza ferramentas inteligentes para fazer a análise criminal e estabelece a confecção do Cartão de Prioridade de Policiamento (CPP), que delimita a área geográfica e o tipo de ação policial a ser executada naquele espaço, durante o turno de serviço.
- 2.6.6. Sistema de Operações da Polícia Militar (SIOPM): gerencia e grava as comunicações da rede rádio e registra as ações realizadas pelas patrulhas empregadas no atendimento de ocorrências, bem como nas ações decorrentes da iniciativa dos policiais.
- 2.6.7. Estágio de Atualização Profissional (EAP): oferece treinamento anual a todos os policiais, com objetivo de atualizar e nivelar os conhecimentos relativos a atividade operacional, entre outras políticas.
- 2.7. O não cumprimento de determinados procedimentos pode aumentar a vitimização, em razão de aumentar o grau de exposição ao risco tanto do policial como de outras pessoas que não tem relação direta com a ação policial. Neste sentido, o descumprimento de políticas internas pode incidir no aumento de mortes causadas por policiais militares durante o serviço, bem como pode aumentar o risco de morte do próprio policial.
- 2.8. os dados da Secretaria da Segurança Pública indicam que a letalidade policial apresentou tendência de alta no ano de 2009 e primeiro trimestre de 2010, na capital. No ano de 2009 foi registrado um aumento de 30%, em relação ao ano anterior. Enquanto que no primeiro trimestre de 2010, o aumento foi de 34% em relação ao mesmo período de 2009.
- 2.9. no que diz respeito à letalidade policial, ressalta-se ainda que o uso da arma de fogo no espaço público aumenta o risco de morte das pessoas que transitam pelo local. Neste sentido,

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.4

os dados indicam que em torno de 80% dos eventos com resultado morte, nos anos de 2008 e 2009, o fato ocorreu em ruas ou avenidas.

- 2.10. em que pese a existência de políticas que visam controlar e diminuir a letalidade policial, além de aumentar a segurança do policial durante o policiamento, considera-se a possibilidade de ocorrer algum fato inédito, nunca antes previsto. Neste sentido, é necessário que as ocorrências com resultado morte sejam estudadas, a fim de produzirmos um diagnóstico de cada caso, com foco nos aspectos operacional e administrativo. Esse diagnóstico permite identificar possíveis falhas nos procedimentos empregados durante o atendimento da ocorrência e fatos novos. Sendo assim, esse estudo possibilita a aplicação do “remédio” necessário para evitar que casos semelhantes voltem a ocorrer.

3. OBJETIVOS:

3.1. Objetivo principal:

- 3.1.1. reduzir a possibilidade de morte decorrente da ação policial, em especial das pessoas não envolvidas diretamente na ação. Busca-se ainda diminuir a vulnerabilidade do policial nas ocorrências de alto risco, bem como, minimizar a probabilidade de morte dos infratores da lei que resistam à prisão e ameacem à integridade física dos cidadãos e dos policiais.

3.2. Objetivos secundários:

- 3.2.1. fazer cumprir as normas e procedimentos formais, em especial aqueles que podem produzir impacto no aumento da letalidade policial.
- 3.2.2. aprimorar o desempenho operacional, por meio de treinamento, tanto dos policiais que participaram do evento com resultado morte, bem como de todo o efetivo dos respectivos Comandos de Policiamento de Área/Trânsito (CPA/CPTran).

4. MISSÃO:

- 4.1. O Comando de Policiamento da Capital (CPC) será responsável por estudar os casos de ocorrências com uso de arma de fogo que resultaram em morte, com o objetivo de fazer um diagnóstico dos procedimentos empregados, direta ou indiretamente, na ação policial e deliberar sobre o treinamento e outras medidas decorrentes.
- 4.2. o Comandante de Policiamento de Área ou de Trânsito, cujos policiais se envolverem em ocorrências com uso de arma de fogo que resultaram em morte, deverá apresentar os

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.5

policiais militares conforme disciplinado no item “5.2. Condições de Execução” e cumprir as medidas decorrentes do diagnóstico formulado.

5. EXECUÇÃO:

5.1. Conceituação:

As ocorrências que resultaram em morte com o emprego de arma de fogo serão objeto de estudo de caso por parte do Comando de Policiamento da Capital. Os estudos de caso têm a finalidade de gerar diagnóstico do evento e identificar falhas procedimentais e ou situações inéditas. Os estudos de caso não têm o objetivo de Polícia Judiciária Militar (PJM).

5.2. Condições de Execução:

- 5.2.1. nas ocorrências, durante o serviço, em que haja disparo de arma de fogo com resultado morte, para qualquer das pessoas envolvidas (civis ou militares), um Oficial Superior do Batalhão do respectivo policial envolvido deverá comparecer **imediatamente** ao local da ocorrência e, posteriormente, ao Pronto Socorro e Distrito Policial. Além disso, o Oficial Superior deverá acompanhar a elaboração da Resenha de Informações de Ocorrências Graves (RIOG).
- 5.2.2. o Oficial Superior mencionado no item anterior deverá ser, obrigatoriamente, Maj PM ou Ten Cel PM, ficando proibido o comparecimento de Cap PM na função.
- 5.2.3. o comparecimento do Cmt CPA/CPTTran, acompanhado pelo Cmt Btl respectivo; Oficial Superior do Btl que supervisionou e acompanhou as medidas adotadas na ocorrência; Cmt Cia; CFP/CFT; Of PPJM; CGP (caso os policiais atuem em Cia Territorial); a guarnição completa, envolvida na ocorrência, deverá ocorrer no início do expediente seguinte ao acontecimento dos fatos. Alterações na data do comparecimento somente serão deliberadas pelo Cmt Pol Capital.
- 5.2.4. o Estudo de Caso da ocorrência será realizado por uma Comissão presidida pelo Cmt Pol Cap, assessorado pelo Ch EM/CPC, Ch Dpt Op CPC, Ch COPOM, Ch AE CPC e 01 Oficial Subalterno, que será o responsável pela escrituração. Além desses, o Cmt Pol Cap poderá autorizar a participação de outros membros na condição de observador.
- 5.2.5. o foco do Estudo de Caso são os procedimentos de caráter operacional (estrito cumprimento dos POP e do PPI, comunicação na rede rádio, eventuais apoios, preservação de local de crime, socorro às vítimas etc) e medidas de ordem administrativa

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.6

- (composição das guarnições, utilização dos equipamentos de proteção individual, frequência a cursos e estágios, tempo de serviço, comportamento policial militar etc).
- 5.2.6. a Comissão composta para o Estudo de Caso fará um diagnóstico da situação, para identificar a presença de eventuais falhas operacionais e ou administrativas, que tenham relação direta ou indireta com a ação letal, constando em ata própria. O principal propósito desse diagnóstico é corrigir falhas para evitar que o fato volte a ocorrer.
- 5.2.7. no aspecto operacional, as medidas decorrentes do diagnóstico formulado pela Comissão estarão relacionadas ao treinamento. Os policiais militares envolvidos diretamente na ocorrência receberão treinamento, com o objetivo de aperfeiçoar o seu desempenho durante as atividades de rotina. A experiência do aprendizado também será compartilhada com os demais policiais do Cmdo Pol Área/Tran, com o objetivo de multiplicar o aprendizado e aperfeiçoar o desempenho geral.
- 5.2.8. no aspecto administrativo, as medidas decorrentes do diagnóstico irão promover providências a serem adotadas pelo Cmdo Pol Área/Tran. As irregularidades que forem observadas pela Comissão e que não estiverem ligadas diretamente ao resultado morte deverão ser objeto de apuração pelos respectivos Comandos, em cumprimento a expediente expedido pelo Cmt Pol Cap. As irregularidades ligadas diretamente ao resultado morte serão apuradas no curso do respectivo IPM.
- 5.2.9. diante do diagnóstico, a Comissão irá deliberar sobre a necessidade de apresentação do policial militar no CPC, a fim de iniciar um programa de treinamento. Além disso, decidirá sobre o tempo de permanência nesse programa. O período inicial será de 10 (dez) a 60 (sessenta) dias, entretanto este poderá ser prorrogado por igual período, tantas vezes quanto a Comissão julgar necessário.
- 5.2.10. este período será definido com base na necessidade de aprimoramento dos policiais militares envolvidos diretamente na ocorrência, bem como na necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais existentes. Em que pese as eventuais falhas procedimentais e administrativas a serem identificadas no diagnóstico, também será levado em conta as ocorrências que trazem algum fato novo e que precisam ser exploradas. A Polícia Militar tem por obrigação oferecer melhor preparo aos seus profissionais para o enfrentamento de ocorrências de alto risco, com o objetivo principal de diminuir o grau de vulnerabilidade a que se expõem durante a atividade de policiamento.

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.7

- 5.2.11. os policiais militares, que forem integrar o programa de treinamento, deverão ser apresentados no CPC, às 9:00h do expediente subsequente à reunião da Comissão de Estudo de Caso, em que eles fizeram parte. Os policiais militares permanecerão na condição de adidos ao CPC, em acordo com as prescrições das I-2-PM.
- 5.2.12. além do Programa de Treinamento no CPC, os policiais militares também serão encaminhados ao CAS, nos termos da Nota de Instrução N° PM3-003/03/02 (Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar).
- 5.2.13. cumpridos o Programa de Treinamento do CPC e o Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar no CAS, os policiais militares serão reapresentados no respectivo CPA/CPTran, onde permanecerão por um período de 15 (quinze) dias, na situação “a disposição” junto ao Gabinete de Treinamento, auxiliando no Programa de Instrução Complementar – Treinamento em Pleno Serviço, na simulação de ocorrências semelhantes a que participou, onde houve o evento morte, trazendo alternativas para a redução de riscos e preservação da vida.
- 5.2.14. a Instrução Complementar – Treinamento em Pleno Serviço deverá seguir os procedimentos previstos na Nota de Instrução N° CPC-001/3.7/08, de 22JAN08.
- 5.2.15. ao término do período de instrução no CPA/CPTran, os policiais militares deverão ser reapresentados ao Btl de origem.

5.3. Atribuições Particulares:

5.3.1. CPC:

5.3.1.1. Cmt Pol Capital:

- 5.3.1.1.1. presidir a Comissão de Estudo de Caso com os seguintes membros: Cmt Pol Capital; Ch EM/CPC, Ch Dpt Op CPC, Ch COPOM, Ch AE CPC e 01 Oficial Subalterno.
- 5.3.1.1.2. convidar, quando entender oportuno, observadores para participarem da Comissão.
- 5.3.1.1.3. deliberar sobre a necessidade de incluir os policiais militares no Programa de Treinamento e o prazo adequado, após ouvir os membros da Comissão.
- 5.3.1.1.4. determinar ao Cmt Pol Área/Tran a apuração de irregularidades, estabelecida no item 5.2.8.

5.3.1.2. Ch COPOM:

- 5.3.1.2.1. providenciar a gravação da comunicação da rede rádio, que deverá iniciar na primeira comunicação referente ao caso em estudo e não deverá ter edição.
- 5.3.1.2.2. gerenciar o Programa de Treinamento referente ao Copom On Line; Vídeo Monitoramento e ferramentas inteligentes aos policiais indicados pela Comissão.

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.8

- 5.3.1.2.3. providenciar expediente ao Depto Adm solicitando a adição dos policiais militares durante o período em que permanecerem no CPC, freqüentando o Programa de Treinamento.
- 5.3.1.2.4. apresentar os policiais militares no CAS, para participarem do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), em conformidade com NI N° PM3-003/03/02.
- 5.3.1.2.5. controlar escala de serviço, frequência e diárias.
- 5.3.1.2.6. transmitir regularmente, via rede-rádio, mensagens do QTC-Legal (mensagem motivacional e de orientação de preservação da vida) com o intuito de instrução em pleno serviço, conforme NI N° CPC-001/763/10.

5.3.1.3. Ch Dept Adm:

Efetivar a adição no CPC, dos policiais militares que estejam frequentando o Programa de Treinamento, bem como a reapresentação ao respectivo CPA/CPTran, ao final do treinamento.

5.3.1.4. Ch Dept Op:

- 5.3.1.4.1. acompanhar as estatísticas da evolução dos casos de ocorrência que resultam em morte.
- 5.3.1.4.2. controlar o resultado do Treinamento em Pleno Serviço realizado no CPA/CPTran.

5.3.1.5.Ch AE:

- 5.3.1.5.1. preparar a Sala de Gerenciamento de Crise e as ferramentas para a realização da reunião da Comissão de Estudo de Caso.
- 5.3.1.5.2. manter dossiê dos Estudos de Caso, bem como as informações referentes às condutas dos policiais militares envolvidos diretamente na ocorrência.

5.3.2. CPA/CPTran:

5.3.2.1. Cmt Pol Área/Tran:

- 5.3.2.1.1. comparecer no CPC no início do expediente subsequente ao dia da ocorrência em que policiais militares subordinados aos respectivos comandos tenham usado arma de fogo em serviço, com resultado morte, tanto de civis como de policiais militares. Apresentar-se acompanhado pelo Cmt Btl respectivo; Oficial Superior do Btl que supervisionou e acompanhou as medidas adotadas na ocorrência; Cmt Cia; CFP/CFT; Of PPJM; CGP (caso os policiais atuem em Cia Territorial); a guarnição completa, envolvida na ocorrência, a fim de participarem da reunião de Estudo de Caso.
- 5.3.2.1.2. comparecer para a reunião de Estudo de Caso munido do conteúdo programático do EAP de Cb/Sd PM e de Sgt PM e a relação de instrutores por matéria.

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.9

5.3.2.1.3. apurar as irregularidades diagnosticadas pela Comissão de Estudo de Caso, remetendo o expediente para decisão final do Cmt Pol Cap.

5.3.2.1.4. programar e desenvolver treinamento em pleno serviço, por meio do respectivo GT e, por um período de 15 (quinze) dias, para os policiais militares incluídos no Programa de Treinamento para que possam compartilhar seu aprendizado com o efetivo dos Btl subordinados ao CPA.

5.3.2.1.5. encaminhar Relatório de Instrução (Anexo A) ao CPC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a reapresentação do policial militar ao Btl de origem.

5.3.2.2. Oficial Superior do Btl:

5.3.2.2.1. comparecer **imediatamente** no local em que ocorreu a ação policial com o uso de arma de fogo e resultado morte, a fim de acompanhar a confecção do RIOG.

5.3.2.2.2. comparecer no PS e no DP, ou outra repartição pública que esteja adotando providências relativas ao fato.

5.3.2.2.3. apresentar-se no CPC para a reunião do Estudo de Caso munido da cópia dos seguintes documentos: RIOG, fotos e croqui do local, silhueta cadavérica e outros documentos de interesse.

5.3.2.3. Cmt Btl:

Comparecer à reunião de Estudo de Caso munido do extrato de movimentação do SIRH dos policiais militares envolvidos na ocorrência, POP (Procedimento Operacional Padrão) usados na ocorrência e relatório da última Reunião de Análise Crítica do PPI.

5.3.2.4. Cmt Cia:

Comparecer à reunião de Estudo de Caso munido de cópia do BOPM, RSO, CPP e escala de serviço com alterações.

5.4. Prescrições Gerais:

5.4.1. se o Presidente da Comissão de Estudo de Caso constatar que os policiais militares envolvidos na ocorrência aplicaram de forma correta todos os procedimentos operacionais e administrativos necessários e, entendendo ser desnecessário qualquer tipo de complementação de instrução aos policiais, deliberará sobre a conveniência de se aplicar o contido no 5.2.9 a 5.2.11 desta norma.

5.4.2. o Cmt Pol Cap deliberará sobre a seleção de outros casos para estudo, não previstos nesta NI.

5.4.3. ficam revogadas as Ordens de Serviço N° CPC-024/3.3/10, de 09FEV10 e 076/3.3/10, de 21MAI10.

RESERVADO

RESERVADO

Continuação da NI N° CPC-002/3.3/10.....fl.10

MARCOS ROBERTO CHAVES DA SILVA

Cel PM Comandante

Anexo A: Planilha de Controle de Instrução e Treinamento em Pleno Serviço.

DISTRIBUIÇÃO:

Cmt Pol Cap	01
Ch EM/CPC	01
Ch Depto Op CPC	01
COPOM	01
CPA/M-1 a 5, 9 a 11 e CPTran	09
Total	13

RESERVADO